

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.693 - RS (2019/0133338-6)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**AGRAVANTE : JOSÉ RUBENS BENITES**  
**ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **JOSÉ RUBENS BENITES** contra decisão que não admitiu recurso especial ofertado de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Sustenta a defesa, nas razões do recurso especial, negativa de vigência aos artigos 155 do Código Penal e 386, III, do Código de Processo Penal.

Aduz que estão presentes os requisitos para a aplicação do princípio da insignificância, diante da mínima ofensividade da conduta do recorrente, uma vez que os bens subtraídos foram avaliados em R\$ 190,00 (cento e noventa reais).

Obtempera que "a alegação de desvalor da conduta imputada ao recorrente, por ter ingressado na residência da vítima, tem-se que não se mostra idôneo o suficiente para afastar o reconhecimento do princípio em comento, posto que situação corriqueira em delitos de furto, em nada desbordando do ordinário" (e-STJ, fl. 270).

Por fim, assevera que, "se para o crime de descaminho, o valor considerado como irrisório e insignificante é de R\$ 20.000,00, não há lógica em compreender como materialmente típica a conduta que causa dano no valor de R\$ 190,00" (e-STJ, fl. 272).

Requer a absolvição do recorrente.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 280-286), o recurso foi inadmitido com fundamento no óbice da Súmula 83 do STJ (e-STJ, fls. 288-293). Daí este agravo (e-STJ, fls. 298-306).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do agravo para que seja negado seguimento ao recurso especial (e-STJ, fls. 326-331).

**É o relatório.**

Decido.

O recurso não merece prosperar.

O Tribunal *a quo* afastou a aplicação do princípio da insignificância nos seguintes termos:

"Dessa forma, entendo haver provas suficientes a amparar a condenação do acusado pelo crime de furto.

Quanto à incidência do princípio da insignificância, também não assiste razão à defesa. Ainda que o fato não tenha tido maiores repercussões no patrimônio da vítima, é de ser considerado o desvalor na conduta do réu, que ingressou no interior da residência" (e-STJ, fl. 256).

Inicialmente, cumpre ressaltar que, de acordo com a orientação do

Supremo Tribunal Federal, adotada por esta Corte Superior, "o princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal – tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. (...) Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público" (STF, HC 84.412/SP, Rel. Ministro CELSO DE MELLO, SEGUNDA TURMA, DJ 19/11/2004).

Na hipótese dos autos, conforme registrado pela Corte de origem a quantia subtraída foi de R\$ 190,00 (e-STJ, fl. 252), equivalente a 25 % do salário mínimo vigente, que era de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), refutando, por esse fundamento, a tese do princípio da insignificância, posicionamento em consonância com o entendimento pacificado pela Terceira Seção desta Corte Superior, que afasta o princípio bagatela nas hipóteses em que o valor da *res furtiva* é superior a 10% do salário mínimo.

A propósito:

"[...]

3. Da mesma forma, a jurisprudência mais recente da Terceira Seção desta Corte traçou uma orientação no sentido de que, para fins de aplicação do princípio da bagatela, a lesão jurídica provocada não pode ser considerada insignificante quando o valor dos bens subtraídos perfaz mais de 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente à época dos fatos (AgRg no REsp 1.549.698/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 13/10/2015, DJe 3/11/2015).

[...]

11. Embargos de divergência aos quais se nega provimento."

(REsp 1609444/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 09/11/2016).

Além disso, o entendimento perfilhado pelo Tribunal *a quo* está em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que o cometimento do crime furto durante o repouso noturno inviabiliza a aplicação do princípio da insignificância, em razão da maior reprovabilidade da conduta, bem como pelo valor da *res furtiva*, .

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. CRIME PRATICADO DURANTE O REPOUSO NOTURNO E MEDIANTE INVASÃO DE RESIDÊNCIA. VALOR DA RES

FURTIVA QUE NÃO PODE SER CONSIDERADO INSIGNIFICANTE. AGRAVO DESPROVIDO. 1. O princípio da insignificância deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal, no sentido de excluir ou afastar a própria tipicidade penal, observando-se a presença de "certos vetores, como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada" (HC 98.152/MG, Rel. Ministro CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe 5/6/2009). 2. No caso, inaplicável o aludido princípio, haja vista a audácia do agente ao cometer o crime durante o repouso noturno e mediante invasão da residência da vítima, o que caracteriza maior grau de reprovabilidade da sua conduta. 3. O valor do bem subtraído, avaliado em R\$ 60,00 (sessenta) reais, não pode ser considerado ínfimo, até porque o salário mínimo vigente à época dos fatos era de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais). Logo, não há falar-se em pequeno valor do prejuízo, uma vez que correspondente à mais de 10% do salário mínimo. 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 1261006/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 25/05/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, **conheço** do agravo, para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator